

Rui Barbosa — texto resumido.

O processo de Jesus.

Por seis julgamentos passou Cristo, três às mãos dos judeus, três nas dos romanos, e em nenhum teve um juiz.

Refulgiu a inocência divina e nenhum juiz ousou estender-lhe a proteção da toga. Não há tribunais, que bastem, para abrigar o Direito, quando o dever se ausenta da consciência dos magistrados.

A santidade das formas faz a garantia essencial da santidade do direito.

O próprio Cristo delas não quis prescindir. Sem autoridade judicial o interroga Anás, transgredindo as regras na competência e na maneira de inquirir.

A ilegalidade do julgamento agrava-se com o escândalo das testemunhas falsas, aliciadas pelo próprio juiz, que, na jurisprudência daquele povo, era especialmente instituído como o primeiro protetor do réu.

Esses eram os juízes legais, que representavam uma infame hipocrisia da justiça. Estavam mancomunados, para condenar, deixando ao mundo o exemplo, tantas vezes imitado até hoje, desses tribunais, que se conchavam de véspera nas trevas, para simular, mais tarde, a figura oficial do julgamento.

Pilatos estava de mãos livres, para condenar ou absolver. "Que acusação trazeis contra este homem?"

"Se não fosse um malfeitor, não to teríamos trazido", foi a insolente resposta dos algozes togados.

Exime-se Pilatos: "Tomai-o, e julgai-o segundo a vossa lei". Mas, replicam os judeus, bem sabes que "nos não é lícito dar a morte a ninguém". O fim é a morte, e sem a morte não se contenta a depravada justiça dos perseguidores.

"Não acho delito a este homem", disse o procurador romano, saindo outra vez ao meio dos judeus.

Devia estar salvo o inocente. Não estava. A opinião pública faz questão da sua vítima. Jesus tinha agitado o povo, não ali só, no território de Pilatos, mas desde Galiléia.

Mas Pilatos não se desdiz. Da sua boca irrompe a quarta defesa de Jesus: "Quid enim mali fecit iste?" Cresce o conflito, acastelam-se as ondas populares. Então o procônsul lhes pergunta ainda: "Crucificareis o vosso rei?" A resposta da multidão em grito foi o raio, que desarmou as evasivas de Pilatos. "Não conhecemos outro rei, senão César".

E entregou-o aos crucificadores. Eis como procede a justiça. A história premiou dignamente esse modelo da suprema cobardia na justiça. Foi justamente sobre

a cabeça do pusilânime que recaiu antes de tudo em perpétua infâmia o sangue do justo.

De Anás a Herodes o julgamento de Cristo é espelho de todas as deserções da justiça, corrompida por facções, por demagogos e pelos governos. A fraqueza, a inocência, a perversão moral crucificaram o Salvador, e continuam a crucificá-lo, ainda hoje, cada vez que um tribunal sofisma, tergiversa, recua, abdica. Foi como agitador do povo e subversor das instituições que se imolou Jesus.

O texto renasce para exculpar as transações dos juízes tíbios com os interesses do poder. Medo, venalidade, paixão partidária, respeito pessoal, subserviência, espírito conservador, interpretação restritiva, razão de estado, interesse supremo, quer como te chames, prevaricação judiciária, não escaparás ao ferrete de Pilatos! O bom ladrão salvou-se. Mas não há salvação para o juiz cobarde.

(A imprensa, Rio, 31 de março de 1899, em Obras Seletas de Rui Barbosa, vol. VIII, Casa de Rui Barbosa, Rio, 1957, págs. 67-71.)